



SUSANA VARELA FLOR

**D. Francisco de Melo Manuel da Câmara:  
biografia, património, estatuto social  
e fidelidades (1626-1678)**

---

*Análise Social*, 215, I (2.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)



---

*Análise Social*, 215, L (2.º), 2015, 356-381

---

**D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1626-1678): biografia, património, estatuto social e fidelidades.** Muito ofuscada pela figura do seu primo – D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) –, a de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara mereceu demorada biografia, tendo como ponto de partida a análise do seu testamento, que nos levou à avaliação parcial do seu património móvel e imóvel, bem como à definição do seu estatuto social na sociedade de seiscentos, à data da feitura daquele instrumento notarial (1674) e sua posterior retificação em codicilo (1678). De igual forma, utilizámos as informações contidas no testamento, agora revelado, para estudar as relações sociais que manteve com a nobreza portuguesa a partir de cidades do Norte da Europa (Haia e Londres), nas quais angariou extenso património artístico para decorar os melhores palácios lisboetas dos Grandes, com quem conservou laços de fidelidade por quase duas décadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** D. Francisco de Melo Manuel da Câmara; Portugal; biografia; nobreza; arte.

**D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1626-1678): biography, estate, social status and loyalties.** D. Francisco Manuel de Melo da Câmara, Portuguese Ambassador in Holland and England, left a will, which is today in the archives of the Public Record Office (London). This document informs us about the contents of the estate and is revealing about the Ambassador's social position in 17<sup>th</sup> century society at the time he drew up the instrument (1674) and subsequently amended it four years later. We use the information in the will to study the social relationships he had with the Portuguese nobility in The Hague and London. There, he acquired extensive holdings in artworks to decorate the best palaces of the most influential nobles, with whom he socialized for nearly two decades.

**KEYWORDS:** D. Francisco de Melo Manuel da Câmara; Portugal; biography; nobility; art.

---

## D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1626-1678): biografia, património, estatuto social e fidelidades

### BIOGRAFIA

#### 1.ª FASE (1615-1662)

D. Francisco de Melo Manuel da Câmara<sup>1</sup> nasceu em Lamego a 15 de fevereiro de 1626 [ver Figura 1]. Cresceu no seio de uma família nobre com domínios patrimoniais distribuídos por Portugal continental e ilhas, especificamente na ilha de S. Miguel, arquipélago dos Açores, na qual a propriedade da Ribeirinha era pertença da família Câmara desde que o trisavô – Antão Rodrigues da Câmara – a comprara em 1508 e a vinculara a morgado.<sup>2</sup> O pai – D. Gomes de Melo (c.ª 1580-1645) – era fidalgo da Casa de Bragança, alcaide-mor de Lamego e comendador da Ordem de Cristo, cargo e título que o filho herdou após a sua morte. Do lado materno, era filho de D. Marinha Drago de Portugal, descendente também de uma família de fidalgos da Casa Real, proprietária de uma quinta em Vilar de Maçada, Vila Real, herdada em 1600 aquando da morte de seu avô, Salvador Drago (Sousa, 1747b, p. 123).

D. Francisco descendia pois de uma linhagem ligada, por laços de consanguinidade, à dinastia de Bragança desde o século xv pela união do seu trisavô

1 Agradeço à Fundação da Casa Fronteira e Alorna a autorização concedida para fotografar os jardins do Palácio Fronteira, ao Prof. Doutor Pedro Cardim pelo incentivo, e ao Pedro Flor sempre. Este artigo foi realizado no âmbito do projeto Biblioteca DigiTile: Tiles and Ceramics *on line*: ptdc/eat-eat/117315/2010. Susana Varela Flor é investigadora integrada do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e colaboradora no Instituto HERCULES, instituições de acolhimento nas quais desenvolve um projecto de pós-doutoramento – *O Retrato Barroco em Portugal (1612-1706): história, arte e laboratório* (SFRH/BPD/101741/2014) auferindo uma bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

2 Sousa (1747a, p. 368; 1747b, p. 121) e Prestage (1996, p. 8).

FIGURA 1

Retrato de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara na obra *Stadium Apollinaire*, 1668 (Biblioteca Nacional de Portugal)



D. Diogo de Melo com D. Maria Manuel de Faro e Noronha (c.<sup>a</sup> 1500), sobrinha neta de D. Fernando II, 3.<sup>o</sup> duque de Bragança (1430-1483).<sup>3</sup>

Ao longo dos séculos xv e xvi, a Casa dos Melos Manuéis acumulou grandes benesses, tanto ao nível de cargos régios (D. Diogo de Melo, trisavô de D. Francisco, foi estribeiro-mor da imperatriz D. Isabel de Portugal), como ao nível do desempenho de funções no poder local (por exemplo, a alcaidaria de Lamego na posse do avô, D. Francisco Manuel da Câmara até 1621 e do pai, D. Gomes de Melo, até 1645) e que se concentraram no património da

3 Prestage (1996, p. 8) e Faria (2008, pp. 247-248 e 338). Sobre o conceito de linhagem v. Cunha (2000, p. 409).

personagem em análise. Nesta convergência teremos de ter em conta a transmissão de morgados, de que é exemplo o já referido morgado da Ribeirinha, por falecimento do filho de seu primo D. Francisco Manuel de Melo (1666) – D. Jorge Manuel de Mello (1674) –, bem como as comendas na Ordem de Cristo de São Mamede de Mogadouro e de S. Pedro da Veiga de Lila, Santa Maria da Torre, S. Martinho de Ranhados e do Zambujalinho, termo de Évora, comendas sob a tutela da Casa de Bragança (Sousa, 1747b, pp. 123-124). Do lado materno, D. Marinha Drago de Portugal herdara de seu avô e de seu pai Nuno Cardazo Homem de Vasconcelos – capitão-mor de Lamego –, o morgado da Taipa e dos Reguengos de Folhadal e Paramos, na comarca de Viseu.<sup>4</sup> Acumulou igualmente outros cargos ao longo do tempo como por exemplo o de trinchante-mor do rei D. João IV, facto mencionado no testamento e no prefácio da “Carta de Guia de Casados”<sup>5</sup>

Sobre a educação recebida na juventude pouco conseguimos apurar. Sabemos apenas que o pai era um apaixonado pela *História Genealógica* e, neste sentido, terá exercido grande influência sobre D. Francisco. Segundo Diogo Barbosa Machado, “foy egregiamente instruído na Poesia, Lição da História Sagrada e Profana e muito versado na inteligência das Linguas mais polida”<sup>6</sup>, talento que o destinou à representação diplomática, mesmo a contragosto, acrescentamos nós.

Como é sobejamente conhecido, era primo co-irmão de D. Francisco Manuel de Melo, 18 anos mais velho, famoso escritor da nossa história literária. O contacto com ele mantido contribuiu para o seu enriquecimento pessoal e cultural. De facto, na vida e obra de D. Francisco Manuel, há várias referências aos laços de amizade que mantinha com D. Francisco de Melo. Este participou na obra *D. Teodósio* através da execução de um desenho que mereceu uma explicação por parte do escritor: “Neste Livro Theodósio, que a Sua Magestade escrevo, de que determino fazer lhe presente, fiz debuchar um Capricho por meu primo D. Francisco, com que raro acerto o poz em effeyto, para dele se abrir huma estampa que sirva de rostro ao verdadeyro Livro”<sup>7</sup> [ver Figura 2].

Anos mais tarde, já em plena liberdade, conviveram no início da década de 60, na célebre Academia dos Generosos, a cujas sessões D. Francisco de Melo presidiu por duas vezes (Prestage, 1996, pp. 301-302 e 304).

4 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678; Sousa (1747b, p. 123).

5 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 7; Sousa (1747b, p. 124); Rocha (2007).

6 Machado (1966 [1748]), pp. 200-201).

7 Prestage (1996, pp. 592-593). O desenho encontra-se assinado: *Dom Francisco de Mello Inv et Fecit*.

FIGURA 2

Desenho de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara para o frontespício da obra de D. Teodósio de D. Francisco Manuel de Melo (Biblioteca Pública de Évora)



D. Francisco Manuel de Melo nas *Obras Metricas – Samfonha de Euterpe* escreveu-lhe a “Carta II” e na *Viola de Talia* elogiou-o desta forma: “Pois que direy de hum Mello/ Que traz a melodia em paralelo/ Porque segundo a grega Analogia/ Disse, quam dico Melos, Melodia” (Machado, 1966 [1748], p. 201).

## 2.ª FASE (1662-1678)

O ano de 1662 constituiu uma mudança radical na vida de D. Francisco de Melo, uma vez que viajou com a comitiva que acompanhou a rainha de Inglaterra – D. Catarina de Bragança (1638-1705) – até à cidade de Londres, na qual viveu durante 12 anos, interrompidos pelos quatro em que residiu na cidade de Haia. Numa primeira fase (1662-1663/4), D. Francisco desempenhou

o cargo de camareiro-mor de D. Catarina, fazendo parte da “família”, juntamente com a irmã D. Maria, condessa de Penalva (Rau, 1962, p. 10).

Por estudos recentes, verifica-se que a composição da Casa da rainha de Inglaterra teve em conta não só a fidelidade da nobreza que aclamou D. João IV (os casos de Francisco de Mello e Torres e D. Nuno da Cunha Ataíde, por exemplo), como também a escolha de famílias ligadas a Inglaterra, por exemplo as açaftas da rainha - D. Francisca Inácia de Vasconcelos, D. Luisa de Vasconcelos, irmãs do manteeiro da Casa Real, António Toscano de Vasconcelos, e todos netos de Robert Torne, mestre de capela em Vila Viçosa e mestre de D. João IV, desde os tempos como duque de Bragança (Flor, no prelo).

Desta forma, o facto de D. Francisco de Melo ser fidalgo da Casa Real, na qual exercia o ofício superior de trinchante-mor de D. João IV e, mais tarde de D. Afonso VI, constituíram uma das bases para a sua integração (Monteiro, 2003, p. 532). Em segundo lugar, as qualidades pessoais intrínsecas, ou seja “o prudente juízo que era ornado” colocava-o numa posição privilegiada para aconselhar a inexperiente rainha de Inglaterra.

Essa sensatez, que lhe é reconhecida pela historiografia, aliada a uma cultura sólida, valeu-lhe a nomeação como embaixador, por diversas vezes. Neste sentido há que clarificar o caráter das suas diversas nomeações (Cluny, 2004, p. 56). Logo em novembro de 1663 substituiu, em missão especial, o embaixador português em Inglaterra, Francisco de Mello e Torres, marquês de Sande, que havia partido incógnito para Paris a fim de tratar das negociações de casamento de D. Afonso VI.<sup>8</sup> Nesta época, foi responsável pela entrega da cidade de Bombaim, cláusula consignada no Tratado de Paz e Aliança.

Em 1667, é nomeado embaixador extraordinário em Haia, com o firme propósito de renegociar o Tratado de Paz com os Estados Gerais das Províncias Unidas (Faria, 2005, p. 609). Esta designação configura o tipo de “nomeação de negociação”, na qual o embaixador não pertencia à nobreza titular, mas era próximo da Casa Real, inclusivamente primo do conde de Castelo Melhor, valido de D. Afonso VI (Cluny, 2004, p. 62).

Da leitura da extensa correspondência para várias figuras portuguesas a partir daquela cidade holandesa conhecemos o dia-a-dia do embaixador, as dificuldades das negociações, a falta de dinheiro, as intrigas constantes e as impressões sobre as relações humanas e sociais da época. Ficamos também a conhecer melhor a personalidade educada deste embaixador, bem como a sua fina ironia, presente em várias passagens da sua epistolografia como, por exemplo, no comentário sobre a prestação de Francisco de Brito “[que] pediu

8 Silva (1860, vol. XVIII, p. 46); Faria (2008, p. 220).

três coisas: o título de Visconde, a Vila de Coruche de onde é natural e uma Dama do Paço, que he petição nova”<sup>9</sup>

O retrato físico do embaixador em estudo poderá ser visualizado na obra do médico Fernando Mendez, um judeu nascido nas Beiras, e que se doutorou em Montpellier. Em 1667, Mendez publicou na cidade de Lyon a obra *Stadium Apollinare*, cujo prefácio é dedicado a D. Francisco de Melo da Câmara, designado no texto como “equiti aurato”<sup>10</sup> [ver Figura 1].

Em 1668, a alteração política verificada em Portugal, com a subida ao trono de D. Pedro II, obrigou-o a uma viagem ao reino, a fim de receber novas instruções. Desta breve permanência (entre os meses de agosto e de novembro), temos poucas notícias. Data desta época a sua nomeação como 1.º senhor da Silvã de Cima (mercê concedida por D. Pedro II a 8 de novembro de 1668), título pelo qual não se deve ter sentido recompensado, não só pelos sacrifícios pessoais que estava a fazer em Haia, como também pelo facto de este título não estar de acordo com o carácter extraordinário de que se revestira a sua embaixada.

A 29 de novembro, viria a desembarcar em França (La Rochelle), de onde escreveu a Duarte Ribeiro de Macedo para lhe conceder hospedagem. Em Paris, conviveu com este influente diplomata e juntamente tentaram a mediação do Tratado com a Holanda recorrendo à diplomacia de Luís XIV (Faria, 2005, p. 637). De regresso, a viagem até Haia é feita por terra, atravessando em pleno inverno cidades como Lille, Courtrai, Gand e Antuérpia, tendo ficado em casa de “Francisco da Silva filho de Duarte da Silva que aly vive agora”<sup>11</sup> Esta estadia estará porventura relacionada com compras realizadas na Flandres, por exemplo de duas tapeçarias em Bruxelas.<sup>12</sup>

Em fevereiro de 1669 passou a escrever de Haia, e, nos meses seguintes, vemo-lo ocupado com as negociações do Tratado, que findou com louvável sucesso.<sup>13</sup> Após este período, permaneceu mais alguns meses em Haia, e a ociosidade daqueles tempos destinou-a a passeios (banhos em Achen), visitas e aquisições de obras de arte para alguns nobres portugueses.

9 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [1668-1678].

10 Mendez (1668); Soares; Lima (1948, p. 404).

11 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m.5, [Haia, 7 de fevereiro de 1669]. Duarte da Silva, fidalgo da Casa Real e responsável pelo pagamento da prestação do dote de D. Catarina. Troni (2008, p. 160).

12 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m.5 [Londres, 5 de fevereiro de 1671].

13 Faria (2008, p. 247 e 2011, pp. 211-234).

No final desse ano, foi nomeado embaixador ordinário em Londres, mas só a 8 de dezembro de 1671 fez a entrada pública na cidade do Tamisa, uma vez que o rei Carlos II não o quis receber devido à aliança matrimonial de D. Pedro II com D. Maria Francisca de Sabóia. Sobre este assunto escreverá: “...mas todavia he grande desgraça que isto estivesse guardado para my no cabo de minha velhice: bem me advinhava a my o coração que tanto contra minha vontade fui embaxador de Inglaterra...”<sup>14</sup> A desilusão era compreensível: em primeiro lugar o significado político de um ministro do príncipe de Portugal humilhado publicamente. Em segundo lugar, as consequências pessoais: perdera o caráter de embaixador extraordinário, o que significava a descida dos seus rendimentos, e constatava que a sua nomeação não havia acompanhado a tendência geral, verificada após 1668, de dotar as representações permanentes com elementos titulados. O nosso diplomata via que a titularidade lhe ia fugindo, configurando uma situação em que “aparentemente o reconhecimento do mérito do diplomata, oriundo de uma antiga nobreza [era tomado em conta], mas sem acesso à Grandeza ...” (Cluny, 2004, pp. 63 e 65).

Em relação à sua vida privada, sabemos que D. Francisco de Melo nunca se casou, mas estamos inteirados de que essa possibilidade foi equacionada, mesmo a poucos anos do seu falecimento, pois cartas já publicadas dão-nos conta dessa notícia. Com efeito, é através de uma missiva de Manuel Dias para o duque de Cadaval que apurámos pormenores sobre este assunto, tratado, note-se, com consentimento do próprio embaixador (Rau, 1962, pp. 21-22). Mas estes anos correspondiam já aos da doença de D. Francisco, pelo que o “negócio” não se chegou a realizar. Determinámos também que, nessa data, tencionava ainda regressar a Lisboa, como se pode verificar pelo interesse em adquirir casas, junto a Valverde.<sup>15</sup>

O nosso diplomata faleceu em Londres, a 9 de agosto de 1678, sendo o testamento aberto pouco tempo depois. Nele pedia à sereníssima rainha de

14 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m.5 [Londres, 8 de dezembro de 1671]. Consulte-se também Silva (1860, vol. XVIII, p. 113).

15 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5, Londres, [10 de janeiro de 1678]. “As dificuldades da minha ida a Lisboa me fazem perder o apetite das cazas. As de Luis Mendes – tem mil embaraços, e o mayor de todos he o quererlas Francisco de Távora que cuida mora já nellas, e o determinar o Conde de Ericeira segundo me dizem, levantar hua Galeria de frente com que lhe tirara a vista das hortas que he o melhor que tem. As de João de Mello são caras e despropozitadas; e ainda que o meu génio he de remendão de tão longe mal se podem emendar defeitos, com que estou ainda indeciso no que farei sobre esta matéria” (destacado nosso).

Inglaterra para ser enterrado na capela de Somerset House, enquanto não fosse o corpo enviado para Portugal, como efetivamente veio a suceder no primeiro de dezembro desse mesmo ano, tendo sido enterrado no mosteiro dos Terceiros em Lisboa, em que assistiram todos os senhores da corte (Prestage, 1966, p. 303).

### O PATRIMÓNIO

A 19 de maio de 1674, encontrando-se doente, D. Francisco ordenou a redação de um longo testamento que conheceu um codicilo em 1678, um mês antes do falecimento. Neste texto, optámos por analisá-lo em onze partes<sup>16</sup>:

(1) Recomendações preliminares e vontades estipuladas no que diz respeito ao lugar de enterramento: é pela leitura do testamento que ficamos inteirados do facto de D. Francisco de Melo querer fazer-se sepultar na capela de Nossa Senhora da Estrela, localizada no cruzeiro, do lado do Evangelho, na igreja do convento de S. Francisco de Évora [Figura 3]. Esta capela havia sido fundada por um seu antepassado, João Afonso Aguiar (c. 1430), provedor de Évora, e o pai - D. Gomes de Melo - não tivera tempo de concluir as obras para que se pudesse sepultar conjuntamente com a esposa D. Marinha Drago. D. Francisco ordenava então que as obras fossem concluídas, os ofícios retomados pelos religiosos franciscanos, e que tudo fosse custeado pelos rendimentos das propriedades do Zambujalinho, Évora e Avis. Os pais ficariam sepultados “*on the two sides of the altar in two vaults*”, tal como o irmão D. Nuno de Melo, cujo corpo repousava na igreja de S. Lourenço, perto do convento da Rosa. Para o sepultamento dos próprios restos mortais escolhia o meio da capela, com uma inscrição colocada “*upon the wall over against the window and cheifely*”.<sup>17</sup>

16 Esta análise tem como objetivo geral a divulgação deste material inédito na biografia do diplomata e como objetivo específico o de desmontar a estrutura interna de um conjunto de disposições legais ligadas a aspetos de vida familiar e económica da segunda metade de seiscentos. A ausência de um inventário sobre o património artístico de D. Francisco impede-nos de fazer uma avaliação cabal do seu cosmopolitismo. A sua presença nas mais conceituadas cortes europeias só por si não ajuda à construção do perfil de encomendador, e a epistolografia recolhida na Torre do Tombo também não trouxe muito mais informação ao tema. O conceito de património é aqui considerado na sua totalidade: bens de raiz e bens artísticos, uma vez que o consumo de obras de arte conhece uma ascensão acentuada no século xvii. Sobre o consumo artístico consulte-se Peck (2005).

17 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 2. Pelo mesmo texto ficamos a saber que os pais estavam sepultados numa Capela em S. Francisco da Ordem Terceira em Lisboa.

FIGURA 3

Capela de Nossa Senhora da Guia, outrora Capela de Nossa Senhora da Estrela, na igreja do Convento de São Francisco de Évora (© autor do artigo)



(2) Nomeação dos herdeiros: D. Maria Drago Portugal (c.<sup>a</sup> 1610-1684), condessa de Penalva, foi dada como herdeira universal, devido ao falecimento de seus irmãos - D. Nuno de Melo<sup>18</sup> e de D. Jerónimo de Melo (fevereiro de 1671). Após a morte do diplomata em estudo, D. Maria Portugal recebia todas as comendas da cidade de Lamego, outros reguengos e bens da coroa.

O segundo herdeiro nomeado foi D. Francisco Manuel de Melo (c.<sup>a</sup> 1667-1724), filho de D. Jerónimo, nascido na Índia e órfão, como se pode depreender pelos receios de D. Francisco quanto à sua tenra idade e longa viagem a efetuar da Índia para Portugal. Para este herdeiro deixou todo o património do irmão que havia revertido para D. Francisco de Melo: as duas comendas

18 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 2. Não se conhecem datas para D. Nuno. D. Jerónimo de Melo era irmão de D. Francisco. Exerceu o ofício de general da Armada da Índia, onde morreu em 1671.

de S. Miguel de Linhares e S. Pedro da Torre (?), uma pensão a ser paga na Alfândega, e uma quantia em dinheiro. À época do falecimento de sua irmã, se não houvesse herdeiros diretos, o legado passaria para a via colateral, nomeadamente para o sobrinho D. Pedro de Vasconcelos, filho do primo, D. Simão de Vasconcelos e Sousa, com a condição de que aquele passasse a usar Melo no nome.<sup>19</sup>

(3) Propriedades: de igual forma, a irmã foi nomeada herdeira, pelo regime de uma vida, no solar de Silvã de Cima, para o qual teria de pagar os respetivos direitos aos religiosos do Convento de Cristo em Tomar, assim como de outros bens que não estivessem especificados.

(4) Dívidas: a enumeração das dívidas que contraiu é interessante pelas relações estabelecidas e pelo tipo de negócios a que se dedicou. Distingue entre as dívidas maiores, lançadas pelo secretário no livro das despesas de sua casa, e as de menor valor enunciadas de seguida: em primeiro lugar, devia a Jerónimo Nunes da Costa 1060 dólares pela edição de um livro na Holanda, cujo título infelizmente não foi referido. Teria sido o *Atlas Espanhol* com a genealogia dos reis de Portugal, que mencionou em uma carta dirigida ao marquês de Fronteira?<sup>20</sup> O destino concreto desse dinheiro não o conseguimos apurar, e o mesmo se pode dizer em relação aos florins que devia a D. Rodrigo Gomes Dias, morador em Antuérpia.

Em Londres devia a vários artistas de diferentes profissões: ao relojoeiro – mestre Seignier – 20 libras esterlinas pelo trabalho de dois relógios e mais 30 guinéus por mais um que fez para a rainha D. Catarina; ao carpinteiro da Casa de York<sup>21</sup> pela execução de uma mesa e bancos, 5 libras; ao pintor mestre Walton<sup>22</sup> por ter feito uma cópia de um retrato de Carlos II, enviada para

19 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 3. D. Pedro de Vasconcelos (1664-1732) futuro governador do Brasil, filho de D. Simão de Vasconcelos e Sousa (1638-1681), mestre de campo do regimento da Armada e irmão do conde de Castelo Melhor.

20 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Cartas de D. Francisco de Melo para o Marquês de Fronteira”, n.º 548, f. 82, [Haia, 28 de novembro de 1669]. Jerónimo Nunes da Costa (1620-1697), agente diplomático ao serviço da coroa portuguesa.

21 Sobre a identidade destes dois artífices, não conseguimos apurar dados que nos permitam enriquecer as contextualizações artísticas em que o biografado se inseriu em Londres.

22 Parry Walton (?-1702) foi um artista inglês conhecido pelas suas várias atividades de pintor de paisagens, executor de cópias, pintor-restaurador e comerciante de pintura. Formou-se na oficina de Robert Walker, pintor de retratos do Parlamento durante a República de Cromwell, e possuía oficina própria em Incoln’s Inn Fields. Em 1679 foi nomeado conservador das Pinturas da Casa Real (Keeper of the pictures in the Royal Collection). Esta ligação à Coroa já durava há alguns anos, o que terá levado D. Francisco de Melo a contactá-lo para a realização de cópias, pois essa tarefa era mais barata do que se fosse encomendada à oficina do pintor régio →

Lisboa, avaliada em 40 *shillings*. Refere ainda que a quantia do gravador que, até à data (1674), havia trabalhado na sua casa, fosse feita a partir de uma taxa de 4 libras, de acordo com os registos de Marcos Barbosa e, o mesmo, acontecendo com o bordador, pelo trabalho dos paramentos de um leito (cobertura de cama, dossel e suas cortinas).

(5) Assuntos pendentes: no que concerne a este ponto, optámos por designá-lo de uma forma genérica, dado os assuntos serem de índole diversa, desde finanças a obras de arte. Assim, constatamos que tinha contas por saldar com D. Fernando de Mascarenhas sobre a venda de laranjas enviadas da Holanda por este último, e de tapeçarias, as quais D. Fernando havia pedido a D. Francisco de Melo para serem vendidas em Londres. Esta combinação deverá ter-se efetuado em Lisboa em 1668 e, posteriormente, do resultado da venda foi despachada uma encomenda, a saber: “*a dressing cabinet with peeces of plate and other things belonging thereonto which might be worth according to my remembrance sixty or seventy pound sterling*”.<sup>23</sup>

Declarou ainda que existiam 190 libras esterlinas à guarda do administrador da Junta do Comércio em Londres – Álvaro da Costa – para pagamento de uma letra enviada através do chanceler inglês a D. Francisco pela aquisição de tapeçarias.<sup>24</sup> Também relacionado com estas, esclareceu estar na posse de um conjunto representando “Rinaldo e Armida” que pertencia ao cavaleiro de Jant (1626-1676), embaixador francês em Portugal em 1655, o qual havia pedido a D. Francisco que o tentasse vender. Esta informação é para nós importante, uma vez que é reveladora dos contactos diplomáticos e culturais mantidos entre Jant e certos meios da nobreza portuguesa.<sup>25</sup> A estima terá sido mútua, pois o francês havia prendado D. Francisco com uma pintura representando “S. Sebastião”, e aquele, em testamento, contemplou-o com um relógio de uso pessoal.

Finalmente, declarou que devia 20 mil reis a Luís de Saldanha da Junqueira, por uma mula que comprou ao irmão António Francisco Saldanha, ambos filhos de Aires de Saldanha e Albuquerque (1600-1644). Este conhecimento de longa data com a família Saldanha deverá estar relacionado com a

Peter Lely. Sobre Parry Walton existe informação disponível em: <http://www.npg.org.uk/research/programmes/directory-of-british-picture-restorers/british-picture-restorers-1630-1950-w.php>. [consultado em 04-07-2013].

23 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 3-4.

24 Não conseguimos descortinar a que chanceler se refere: Sir Edward Hyde, Earl of Clarendon (1658-1667) ou Sir Anthony Ashley Cooper, Earl of Shaftsbury (1672-1673).

25 Sabemos pela correspondência que Jant esteve em Londres em 1672. DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 28 de dezembro de 1672].

quinta de Alcântara, pertença do primo, pois há uma referência ao facto de ir viver para aquele lugar, no final da década de 60.<sup>26</sup>

(6) Pedidos: apelou para que a rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, lhe pagasse, ainda nesse ano, a tença com que o havia dotado no valor de 1000 libras, bem como o valor da jóia que tradicionalmente era dada aos embaixadores. Justificou estes pedidos e mais outros dois, a saber, o pagamento de uma ajuda de custo que lhe havia sido prometida, e os subsídios devidos, pois correspondiam a grandes despesas.<sup>27</sup>

(7) Doações a empregados da sua Casa: através destas informações, ficamos a conhecer parte dos membros da Casa de D. Francisco de Melo em Londres e as relações de amizade que mantinha com alguns dos seus servidores mais fiéis: em primeiro lugar Marcos Barbosa de Almeida, a quem deixa 1000 libras esterlinas, soma que contemplaria, em Paris, os estudos eclesiásticos do irmão Sebastião de Almeida.<sup>28</sup>

Em segundo lugar, o seu secretário, monsieur Marevil, a quem concedeu 50 libras esterlinas, para além do presente que tradicionalmente era concedido aos secretários dos embaixadores. Aos filhos do secretário concedeu 10 libras esterlinas.

Ao estribeiro-mor, Diogo de Brito Manuel, sobre o valor do pagamento que lhe havia prometido de 17 libras, deixa-lhe antes uma verba no valor de 20 libras. Ao pajem Courtin 15 libras e uma das suas vestes. Somas mais pequenas (8 a 10 libras) foram atribuídas a Fernandes (o fornecedor residente na Holanda) e a todos os outros oficiais 15 libras esterlinas e uma peça de vestuário. As roupas e linho branco foram deixadas aos senhores da sua Casa, à exceção de um casaco bordado, que seria herdado por D. Jorge Manuel, filho do seu primo D. Francisco Manuel de Melo, conjuntamente com três selas de cavalo.

Por fim, estipulou as últimas vontade relativas aos padres da sua capela: estes deveriam receber dois meses de pagamento sobre o que lhes era devido. Particularizou a situação dos padres Perrott e Arthur, estipulando um ano de pagamento pelos serviços eclesiásticos prestados na encomenda da sua alma a Deus.

(8) Legados: no que concerne a este ponto, é interessante verificar os objetos artísticos da sua maior devoção, razão pela qual os doou às pessoas por quem mais estima sentia.

26 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Outra carta do mesmo D. Francisco de Mello”, n.º 548, fl. 81v [Haia, 28 de novembro de 1669].

27 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 5.

28 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 5.

Nesta lista, a primeira referência é feita a um dossel bordado dado à paróquia da Madalena, oferta pessoal de D. João IV, e que, à época do reinado do Restaurador, servia na Capela Real.

À rainha de Inglaterra legou um crucifixo de âmbar, que lhe tinha oferecido a princesa de Orange<sup>29</sup>, considerando que um presente de uma princesa deveria ser ofertado a outra princesa, igualmente devota e piedosa. As mesmas razões foram consideradas na dádiva de uma lâmina representando uma “Paixão de Cristo” à princesa D. Isabel Josefa, objeto que lhe fora oferecido por D. Luísa de Gusmão. As contempladas seguintes foram duas religiosas do Convento da Rosa de Lisboa – soror Isabel da Madalena e D. Joana da Silva, sua tia, herdeiras de 3 mil reis de pensão e 10 mil reis, respetivamente.

(9) Processos judiciais: os conflitos que D. Francisco de Melo manteve contra os condes de Linhares e família revelaram-se uma das maiores preocupações ao longo da vida, pois encontram-se referências a este tema não só no testamento, mas também na correspondência mantida.

No cerne desta longa contenda estavam terras situadas em Benavente e Salvaterra de Magos, doação de D. João IV a D. Gomes de Melo como recompensa dos seus serviços.<sup>30</sup> Confessou que esta doação lhe trouxe 20 anos de contendas judiciais: primeiro com Luís Álvares de Távora – marquês de Távora (1634-1672), representante dos interesses da sua mulher D. Maria Meneses, neta de D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, ramo que contestava a posse destas propriedades. O marquês de Távora desistira da ação em troca de 6 mil coroas. Mas o mesmo não se passou com a restante família. Assim, após a assinatura do Tratado de Paz com Castela, em 1668, deu-se o regresso de D. Jerónimo de Noronha a Portugal, facto que reacendeu o pleito, continuado após a sua morte, pelos irmãos D. Maria Antónia de Vasconcelos Sousa e Menezes e D. Fernando, 5.º conde de Linhares.<sup>31</sup>

Em 1678, a morte do 5.º conde de Linhares<sup>32</sup> parece ter trazido algum desenvolvimento ao assunto:

29 Princesa Amália de Solms Braunfels (1602-1675) mulher do príncipe de Orange Frederik Hendrik (1584-1647).

30 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 6. Sobre o património senhorial consultem-se, por exemplo, os trabalhos de Cunha (2000) e Monteiro (2003).

31 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Carta ao marquês de Fronteira”, n.º 548 [Haia, 25 de dezembro de 1670].

32 Sobre este facto leia-se ainda a informação contida em DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 28 de fevereiro de 1678].

Meu primo Simão de Vasconcelos me escreve que Fernão de Souza lhe propôs que se queria acomodar comigo sobre os prazos de Benavente, de que ele diz herdeiro, e o Conde de Sarzedas dos cahidos, e me pede respostas sobre isso.<sup>33</sup>

Mas sobre a posterior resolução do mesmo não conseguimos apurar, e o codicilo não faz igualmente qualquer menção ao destino das aludidas propriedades de Benavente e Salvaterra de Magos.

(10) Nomeação dos executores: o testamento termina com a nomeação dos executores, a saber: a irmã D. Maria Drago Portugal, o padre Paulo de Almeida, almoner de D. Catarina de Bragança, o padre Manuel Dias, mestre de cerimónias da capela da rainha de Inglaterra, e, por último, Marcos Barbosa de Almeida, todos a viver em Londres. Em Portugal, designou como executores Cristóvão de Almada, o primo Simão de Vasconcelos e Francisco Lopes Franco.

(11) Codicilo: quatro anos depois, uma série de alterações levou-o a acrescentar ao testamento um codicilo, pedindo aos seus executores que tivesse o mesmo valor de lei.

Em primeiro lugar, o falecimento do seu primo D. Jorge Manuel (o filho de D. Francisco Manuel de Melo, já mencionado), ocorrido na Flandres em 1674, fê-lo herdeiro do morgado da Ribeirinha.<sup>34</sup> D. Francisco de Melo da Câmara tornava-se, desta forma, o 8.º senhor, passando-o, diretamente para o sobrinho D. Francisco de Melo (filho do irmão D. Jerónimo), sob a responsabilidade da condessa de Penalva, uma vez que a criança ainda estava na Índia. Também para ela ficava a propriedade da Silvã (no regime de terceira vida), bem como bens da Coroa e ordens religiosas. É neste sentido que pede a D. Pedro II que legitime o sobrinho natural, de forma a poder herdar o seu património e confirmar para este herdeiro o lugar de trinchante-mor.<sup>35</sup>

Em segundo lugar, reafirmou que a doação da propriedade de Silvã de Cima passava para a irmã (no regime de segunda vida), sob a condição da terceira vida transitar para o mesmo sobrinho D. Francisco Manuel, bem como o património da Coroa e ordens, concedido pelo rei. Por outro lado, verifica-se um reforço na herança do primo, D. Pedro José de Vasconcelos, que herdava

33 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 9 de maio de 1678].

34 Por uma carta escrita a Duarte Ribeiro de Macedo somos informados que D. Jorge Manuel viveu um ano em Londres com o tio: “Dom Jorge filho do meu primo D. Francisco Manuel que há mais de hum anno assiste aqui comigo passou hoje a Flandres – aonde quis ir servir com a promessa de hua Companhia de Infantaria, que dizem lhe darão logo”. DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 4 de maio de 1673].

35 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 7.

assim a comenda de S. Pedro da Veiga de Lila: “*in token of my love towards him for the time that he was with mee in England*”.<sup>36</sup>

Em terceiro lugar, a venda do cargo de mordomo-mor junto da rainha<sup>37</sup> de Inglaterra proporcionou-lhe a quantia de 4300 libras esterlinas, cujo dinheiro estava à guarda de um mercador inglês, de seu nome Daniel Arthur. Esta verba reverteu para D. Maria Drago Portugal, sob a condição de liquidar todas as dívidas enunciadas no testamento, e de recompensar em 30 libras esterlinas o seu ajudante de camareiro (*valet de chambre*), John Carry.<sup>38</sup>

Em quarto lugar, concedeu o hábito da ordem de Avis a Diogo de Brito Manuel, e pediu a D. Pedro II que o recompensasse pelos serviços nas suas embaixadas.<sup>39</sup>

Em quinto lugar, lembrou as dívidas e o cumprimento do pedido do falecido primo D. Jorge Manuel de Melo para que se saldasse os seus compromissos na Flandres com o rendimento do morgado da Ribeirinha; por fim, refere o empréstimo que devia a Marcos Barbosa de Almeida, no valor de mil libras esterlinas.

Em último lugar, acrescentou uma informação ao testamento, que se havia esquecido de mencionar, relativa à quantia de 24 mil serafins deixados pelo irmão D. Jerónimo, à qual seriam extraídos 8 mil para o filho D. Francisco Manuel. Ainda neste documento salvaguarda a sucessão dos seus bens de raiz ao primo Simão de Vasconcelos e Sousa, no caso de D. Francisco Manuel permanecer na Índia, ou falecer durante a viagem de regresso.

No que diz respeito aos executores do codicilo, nomeia o conde de Castelo Melhor para a execução das últimas vontades sobre os bens que tinha em Londres, pedindo-lhe para informar os executores em Lisboa sobre esta adenda ao testamento de 1674. A testemunhar este ato estiveram Marcos Barbosa de Almeida, Miguel Ferreira, John Perrotte, Timóteo de Faria e John Cary.<sup>40</sup>

### ESTATUTO SOCIAL

No que concerne ao estatuto social de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, já atrás mencionámos que era fidalgo da Casa Real, e a ela muito ligado, uma vez que descendia de servidores da Casa Ducal, ou seja, descendia de um “conjunto de servidores que ascendeu a essas distinções e as reteve nas respetivas

36 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 7.

37 Sobre a nomeação para este cargo em 1675 v. Troni (2008, p. 147).

38 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 7-8. John Carry (1657-1732), que casará com uma portuguesa da casa de D. Catarina de Bragança, Ana Maria de Vasconcelos, e morrerá em Lisboa.

39 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 8.

40 Sobre Miguel Ferreira e Timóteo de Faria leia-se Rau (1962, pp.12-13).

casas ou linhagens até 1640... De extracção fidalga cortesã temos o caso quase exclusivo dos membros de três ramos colaterais de descendentes de D. Afonso 1.º conde de Faro”.<sup>41</sup> A concessão de ofícios, comendas e títulos de cavaleiro, da “apresentação da Casa de Bragança”, segundo a expressão de António Caetano de Sousa, também é exemplo ilustrativo dessa estreita ligação, embora passível dos maiores sacrifícios familiares, como podemos depreender pelas palavras do embaixador ao longo do testamento.

No entanto, existe em toda a avaliação biográfica e patrimonial de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara um pormenor que deverá ser enfatizado: a ausência de titularidade, uma componente de peso no destino de um fidalgo, que Mafalda Soares da Cunha designou como “simbólica da honra”.<sup>42</sup> Este é um facto mencionado diretamente, em meados da década de 70, quando se tenta elevar a sua condição através de um frustrado projeto matrimonial com uma das senhoras da Casa de Noronha:

No tocante ao título de Visconde a D. Francisco não ficou tão pouco satisfeita [D. Antónia de Noronha], nem o há de nunca estar ate se lhe não fazer da maneira que ella o pede; não obstante as rezois que eu em particular lhe dei sobre este negocio pressuadindo a que cresse o quanto S.A. dezejava fazer esta mercê a D. Francisco lha hauia já de ter feito.<sup>43</sup>

Embora esta afirmação corresponda à opinião pessoal do padre Manuel Dias, cerca de um ano mais tarde, a própria D. Catarina de Bragança, em carta dirigida a seu primo, o duque de Cadaval, escrevia que queria “ver a Dom Francisco acomodado”.<sup>44</sup> A acomodação a que a Sereníssima se refere será ainda a questão do casamento, aliada à ascensão social de D. Francisco, através do qual D. Antónia receberia o título de condessa, à semelhança do que víramos acontecer com os condes de Pontével.<sup>45</sup>

Por outro lado, se a figura de D. Antónia de Noronha, a quem a carta alude, era a viúva do conde de Sarzedas, esta união teria sido a fórmula ideal para sanar o pleito das propriedades de Benavente e Salvaterra de Magos, e, simultaneamente, recompensar D. Francisco de Melo Manuel da Câmara pelos longos serviços prestados à Coroa portuguesa. Em março de 1677, a resolução do conflito patrimonial parece ser a prioridade para o nobre português e, nas suas palavras, poder-se-á colher alguma resignação:

41 Sousa (1747a, p. 368); Cunha (2000, p. 411).

42 Cunha (2000, p. 17); Faria (2005, p. 736).

43 Rau (1962, p. 22, carta de julho de 1675).

44 Rau (1962, p. 26, carta de 12 de maio de 1676).

45 D. Nuno da Cunha Ataíde (1610-1696) e D. Elvira Maria de Vilhena (1623-1708).

[...] assi que de mal o menos, e melhor será passear minha melanconia pelo Parque de St. James, que de granjear a outra mayor no passo de Lisboa. O que só quizera he que vm antes de partir me accomodasse com essa a Condeça de Sarzedas, que pello de mais, eu me accomodarei muito bem com não ser conde.<sup>46</sup>

Por vicissitudes desconhecidas, esta combinação não veio a suceder e, se em 1678 a situação patrimonial de D. Francisco nos parece mais estabilizada do que em 1674, apresentava-se, no entanto, longe das prerrogativas que o embaixador considerava a família merecer. Esta ideia é colhida por várias referências feitas ao serviço do primo, D. Francisco Manuel de Melo, e do irmão, D. Jerónimo Manuel, como também pelas menções que faz ao da própria irmã, a única que conheceu titularidade,<sup>47</sup> mas cujo futuro é objeto de receios por parte de D. Francisco, como podemos verificar pelas suas palavras no codicilo.<sup>48</sup>

Nesta análise sobre o estatuto social de D. Francisco de Melo, há que referir que a sua condição de nobre sem título corresponde a uma realidade usual à época. Pelos estudos desenvolvidos por Nuno Gonçalo Monteiro, sabemos que várias casas senhoriais importantes na centúria de seiscentos só viram a sua ascensão à Grandeza um século depois, como por exemplo a Casa de Cristóvão de Almada (Monteiro, 2003, p. 41). Este descontentamento também pode ser colhido no exemplo do 1.º conde de Povolide – Tristão da Cunha de Ataíde (1655-1724), que só ascendeu à titularidade em pleno reinado de D. João V (Radulet, 1999, p. 27).

A ausência desta recompensa é mais notória em contexto diplomático, quando o seu nome é citado para representar Portugal nas negociações do Tratado de Paz em Nijmegen, e D. Francisco de Melo recusa tal pedido, declarando-se achar: “assas embaraçoso com esse negócio” e exigindo três pretensões: a primeira o título; a segundo uma boa ajuda de custo e a terceira um acrescentamento de mesadas. “Porque o 1.º he a razão que acharão os próprios castelhanos de que eu não tinha os títulos e dignidades que se requerião para hum tal cargo, em que eu também lhes acho rezão”<sup>49</sup>

Embora esconda as suas legítimas ambições por detrás de desígnios políticos, D. Francisco de Melo é um observador atento às mudanças de títulos

46 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 18 de março de 1677].

47 Esta exceção é referida por Monteiro (2003, p. 38).

48 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 6. “I hope from her grandure [D. Catarina de Bragança] that in consideration of this shee will putt her eyes upon the desolute state in which my sister remaines [...]”.

49 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [Londres, 16 de agosto de 1677]. Faria (2005, p. 736).

e acrescentos de bens da nobreza portuguesa. Lembremos aqui um episódio ocorrido uma década antes: em 1669, quando D. João de Mascarenhas recebeu o título de marquês, D. Francisco de Melo elogia-o, evocando simultaneamente os seus próprios interesses “pois havendo de passar por mãos alheas, asás de boa fortuna he cair nas vossas mãos”.<sup>50</sup>

### FIDELIDADES

O termo “fidelidades” aqui utilizado insere-se no tema mais vasto da amizade durante o Antigo Regime, e a forma como esta foi analisada no âmbito da diplomacia (Cardim, 2000, 2004).

Tomando por base a leitura do testamento e da correspondência particular de D. Francisco de Melo da Câmara, apercebemo-nos de que o embaixador nutria especial afeto por duas figuras da corte portuguesa, designadamente D. João de Mascarenhas e D. Cristóvão de Almada.<sup>51</sup> Esta amizade “triangular” é também confirmada pela voz do marquês de Fronteira a D. Francisco, em carta datada de 14 de setembro de 1671:

[...] como que agradecervos os bons officios que vos devo entre my; e Christovão de Almada (...); só vos digo que ambos somos vossos amigos, e que todos os três não faremos numero, como unidade, com que pella minha parte eu hey de ser hum com tantos affectos, como se fora três. Espero que os dous sejam em cada hum, como eu hei de ser para ambos, e com isto me mostrais lhe embora esta minha carta, que eu farey que cada acção minha tenha muito mais que ver em seu serviço, do que tem esta parte ouvida.<sup>52</sup>

D. João de Mascarenhas (1633-1681) tornado 1.º marquês de Fronteira pelo regente D. Pedro II, era membro do seu Conselho de Estado e, nessa qualidade, estava perfeitamente a par dos assuntos da Secretaria de Estado.

50 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Outra Carta do mesmo D. Francisco de Mello”, n.º 548, fl. 85v [Haia, 10 de dezembro de 1669].

51 Sobre a defesa de D. Francisco de Melo em relação ao irmão e ao primo D. Francisco Manuel (1608-1666) atente-se na seguinte passagem: “[...] Mando ordem a Manuel de Abreu para que retire os meus papéis e que não falleis mais neste requerimento porque estimo mais o motivo de me poder queixar com rezão que o preço injusto em que ca se avaliarão tantos e tão bons serviços como os de meu irmão D. Hieronimo e de meu primo D. Francisco Manoel, e quero antes fazer um agravo a minha fortuna que a sua memoria.” DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Carta de Dom Francisco de Melo para o Marquês de Fronteira meu Senhor”, n.º 548, fl. 67v [Londres, 21 de maio de 1674].

52 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 548, “Carta do Marquês de Fronteira meu Senhor para D. Francisco de Mello”, fl. 52 [14 de setembro de 1671].

Uma das frases mais exemplificativas para analisar o tipo de amizade mantida entre ambos foi enviada a Duarte Ribeiro de Macedo: “Do Paço não tenho letra, mas o Conde da Torre que he o meu Paço, me escreve largo”.<sup>53</sup> Com efeito, entre D. João e D. Francisco subsiste extensa correspondência trocada entre ambos desde o final da década de 60 até aos inícios de 70, através da qual os principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais são partilhados e analisados numa riqueza histórica de grande valia. Em simultâneo, existem desabafos da vida pessoal (perda de entes queridos, ascensão de cargos e títulos, dificuldades económicas, entre outros) repletos de pormenores interessantes para o maior conhecimento biográfico das duas personagens seiscentistas. A amizade só parece ter sido levemente “tocada” pelo mal entendido referente à velha questão do pagamento de mesadas a D. Francisco, ao tempo embaixador em Haia.<sup>54</sup> Este ponto leva-nos a considerar que os laços de afeto mantidos entre estas duas figuras configuravam também trocas de serviço e que o embaixador depositava grandes esperanças no poder de “gestão de influências na corte” exercida pelo marquês (Cardim, 2004, p. 192).

Estas trocas de serviço eram mútuas e, nesse sentido, podemos considerar as encomendas feitas pelo marquês de Fronteira junto de D. Francisco de Melo enquanto esteve na Holanda e em Inglaterra. Aquelas eram de uma variedade artística assinalável e o seu teor vem acrescentar novas origens para o recheio do Palácio de Benfca.<sup>55</sup> Com efeito, pela leitura da correspondência expedida da Holanda, ficamos a saber que D. Francisco de Melo forneceu toda a estatuária em chumbo do tanque dos Pretos do Palácio Fronteira<sup>56</sup> [Figura 4], coches, e várias tapeçarias.<sup>57</sup>

Além disso, foram igualmente enviados cisnes para o referido tanque, por duas vezes, pois os primeiros faleceram durante a viagem, bem como flores

53 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, cx. 4, m. 5, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo” [Haia, 14 de novembro de 1669].

54 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Outra carta carta de D. Francisco de Mello”, n.º 548, fl. 107-108 [Londres, 30 de agosto de 1672].

55 Sobre a estatuária presente no palácio de Fronteira leiam-se os estudos de Vale (1997, pp. 24-29 e 2010, pp. 89-102); Rodrigues (2009, p. 102).

56 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Carta do Marquês de Fronteira meu Senhor para D. Francisco de Mello”, n.º 548, fl. 51-52v [14 de setembro de 1671].

57 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Cópia de Hua Carta de Dom Francisco de Mello para o Marques De Fronteira meu Senhor”, n.º 548, fl. 53-54v [Londres, 16 de agosto de 1671]. Soromenho (2011).

naturais<sup>58</sup>, relógios<sup>59</sup>, e escritórios<sup>60</sup>, sendo que as duas últimas encomendas já terão sido expedidas de Londres. Por último, o conjunto azulejar holandês [v. Figura 5] presente no Palácio de Benfica deverá também ser estudado à luz deste novo contexto diplomático, até agora inédito.<sup>61</sup>

D. Cristovão de Almada (1632-1713), outra das figuras do seu círculo pessoal, foi provedor da Casa da Índia e vedor da Casa das rainhas D. Maria Francisca de Sabóia, D. Sofia de Neuburgo, e D. Maria Ana de Áustria (Lourenço, 1999, vol. 3, pp. 57 e 112). Vivia num palácio magnífico na Praia da Boavista, mandado construir pelo pai, Rui Fernandes de Almada, no qual acumulou grandes riquezas (Matos, 1990, pp. 93-95).

Era grande a consideração que D. Francisco de Melo nutria por este senhor de Carvalhais, a julgar não só pelo facto de ter sido nomeado um dos executores do testamento, como também pela descrição que faz dele ao marquês de Fronteira.<sup>62</sup>

No testamento, refere-se ainda a Cristovão de Almada como “meu amigo” e a este fidalgo estava confiado extenso património artístico, pertencente a D. Francisco de Melo: *“I bequeath to my friend Christopher de Almada all that he hath in his hands which belongs to mee as well pictures as statues and other things”*.<sup>63</sup>

A confiança sentida era extrema, pois nas mãos de Cristovão de Almada havia conservado, desde 1668, uma antiga versão do testamento, do qual D. Francisco pedia a anulação face ao de 1674. Tal como havia feito ao marquês

58 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Copia de varias cartas que o Embaixador D. Francisco de Melo escreveu ao Marques de Fronteira ao meu senhor”, n.º 548, fl. 79-81v [Haia, 2 de agosto de 1669].

59 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Copia de varias cartas que o Embaixador D. Francisco de Melo escreveu ao Marques de Fronteira ao meu senhor”, n.º 548, fl. 95-96 [30 de novembro de 1673].

60 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Copia de varias cartas que o Embaixador D. Francisco de Melo escreveu ao Marques de Fronteira ao meu senhor”, n.º 548, fl. 104 [23 de abril de 1674]. Há referências à encomenda de uma baixela, mas parece ter sido por via de Jerónimo Nunes da Costa. Sobre este judeu consulte-se a obra de Israel (1983, pp. 167-190).

61 Santos Simões (1959, pp. 66-70); Meco (1997, p. 58).

62 DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Copia de varias cartas que o Embaixador D. Francisco de Melo escreveu ao Marques de Fronteira meu senhor”, n.º 548, fl. 55 [Londres, 16 de agosto de 1671].

63 PRO, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678, fl. 6. “Com grande gosto Ly o que me dizeis da continuação da Vossa amizade com a caza de Christovão de Almada, Vos não vos enganaes com elle, nem elle comvosco no que cuidão hum do outro, e para que vejaes o quanto elle vos estima, e a conta que faz de Vos, vede esa ultima carta que me escreve, e julgai do ahi o mais que eu pudera dizervos.”

FIGURA 4

Aspetto geral do Tanque dos Pretos nos jardins do Palácio Fronteira, com as estátuas ao fundo (© autor do artigo)



FIGURA 5

Detalhe de um painel de azulejos holandeses da Sala dos Painéis do Palácio Fronteira (©autor do artigo)



de Fronteira, o embaixador em Londres foi fornecendo a Casa de Almada das mais variadas encomendas, infelizmente para nós não discriminadas.<sup>64</sup> Pela informação retirada da epistolografia parece-nos que esta amizade estaria mais baseada em sentimentos de crenças partilhadas, comunhão, entreatajuda e gratidão, em comparação com os laços existentes com o marquês de Fronteira (Cardim, 2000, p. 10).

### CONCLUSÃO

D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, fidalgo da Casa Real, pertencente à primeira nobreza de Corte sem grandeza, serviu a Coroa nos mais variados ofícios, destacando-se como um diplomata seiscentista ao serviço de Portugal.

A ligação dos seus antecessores à Casa Ducal de Bragança e a ocupação de um ofício superior da Casa Real portuguesa – o de trinchante-mor –, desde o reinado de D. João IV ter-lhe-á proporcionado a proximidade necessária para integrar a “família” de D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra. Nos primeiros tempos, exerceu o ofício de mordomo-mor da Sereníssima Senhora, mas rapidamente assumiu o caráter de embaixador ordinário, substituindo, nessa função, Francisco de Mello e Torres, marquês de Sande. Investido com o caráter de embaixador extraordinário, partiu em junho de 1667 para a cidade neerlandesa de Haia, onde por um ano representou a Coroa nos interesses económico-diplomáticos. A subida ao trono do regente D. Pedro II obrigou-o a uma deslocação à cidade natal, em finais de 1668. Aqui recebeu a mercê de senhor de Silvã e a confirmação da sua embaixada com estatuto de ministro de negociação. Desta forma, é com a ajuda de D. Francisco de Melo Manuel, que Portugal assinou o Tratado de Paz, Aliança e Comércio com os Estados Gerais. Terminada esta etapa, regressou de novo a Londres na qualidade de embaixador ordinário, aí sofrendo as consequência políticas do afastamento de D. Afonso VI. Nos sete anos que se seguiram até à data do seu falecimento, continuou a zelar pelos interesses portugueses (tanto os da Coroa, como os da nobreza), observando os acontecimentos políticos e relatando-os aos que estavam perto do centro decisor. Figura de grande cultura, com interesses artísticos vincados, foi ao longo de 16 anos um intermediário na aquisição de obras

64 DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [26 de fevereiro de 1671]. “Não se perdeu nada em que se retardasse o maço de Christovão de Almada, antes com isso lhe pouparemos o susto de hua ma nova que lhe dava, cuidando ter em perdido o navio que lhe levava as encomendas que depois apareceu, e já la vay a caminho de Lisboa com ellas e com as éguas de SA que dava também por mortas”.

de arte para a primeira nobreza portuguesa, contribuindo para o enriquecimento de palácios e quintas de recreio lisboetas.

No final, apesar dos sacrifícios pessoais e familiares, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara não escapou à estratégia conservadora da Coroa portuguesa da segunda metade do século XVII: recompensar os nobres pelo serviço e lealdade através de doações de bens régios, ofícios e comendas, mas simultaneamente refrear a sua ascensão ao estatuto de Grandeza. Na família Melo, só D. Marinha Drago, condessa de Pontével, conheceu esta realidade pela exceção de integrar a Casa da rainha de Inglaterra. Terá sido esta oportunidade que D. Francisco de Melo vislumbrou, e daí o consentimento tardio em casar-se com D. Antónia de Noronha, resolvendo os problemas de heranças patrimoniais, mencionados em testamento, e elevando assim o seu estatuto social e financeiro. No entanto, tal evento nunca se chegou a realizar e, em épocas de maiores aflições económica, sentimos toda a indignação deste nobre que, numa erudita, viva e realista epistolografia, vai descrevendo aos amigos a sua vida na Europa barroca de seiscentos, envolta em *Lamentações de Jeremias*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, <http://purl.pt/701>
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, <http://purl.pt/12965>
- DGLAB/TT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, “Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo”, cx. 4, m. 5 [1668-1678].
- DGLAB/TT, *Manuscritos da Livraria*, “Carta de D. Francisco de Melo para o Marquês de Fronteira”, n.º 548 [1669-1674].
- GENEALL.NET. Disponível em <http://www.geneall.net>
- MACHADO, D. B. de (1966 [1748]), “D. Francisco de Mello”, *Bibliotheca Lusitana – historica, critica e cronologica na qual se compreende a noticia dos authores porthuguezes e das obras que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente offerecida ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Joze Maria da Fonceca e Evora ...*, tomo II, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, MDCCXLVIII [Ed. Coimbra editora MCMLXVI].
- MENDEZ, F. (1668), *Stadium Apollinare*, Lyon, Danielel Gayet. Disponível em <https://books.google.pt/books/ucm?vid=UCM5323622466&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [consultado a 04-07-2013].
- NATIONAL PORTRAIT GALLERY, <http://www.npg.org.uk/research/programmes/directory-of-british-picture-restorers/british-picture-restorers-1630-1950-w.php> [consultado em 04-07-2013].
- PUBLIC RECORD OFFICE, Prob/11/359, *Testamento de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara*, Londres, 1678.

- ROCHA, D. N. (2007), “D. Francisco Manuel de Melo – Carta de Guia de Casados – [edição semi-diplomática]”. *Corpus Electónico do Celga – Português do Período Clássico*, CELGA, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/05cartadeguiadecasados> [consultado em 04-07-2013].
- SILVA, L. A. R. da, (1860), *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias...*, XVIII, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências.
- SOUSA, A. C. de, (2007a [1747]), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, Lisboa, Ed. QuidNovi/Público Academia Portuguesa da História.
- SOUSA, A. C. de, (2007b [1747]), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IX, Lisboa, Ed. QuidNovi/Público Academia Portuguesa da História.



- CARDIM, P. (2000), *O Poder dos Afectos: Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime*. Tese de doutoramento, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- CARDIM, P. (2004), “O embaixador seiscentista segundo António da Silva e Sousa, autor de *Instrucçam Política de Legados* (Hamburgo, 1656)”. In *Diplomatas e Diplomacia – Retratos, Cerimónias e Práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 155-213.
- CLUNY, I. (1999), *D. Luís da Cunha e a Ideia de Diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CLUNY, I. (2004), “Os diplomatas de negociação e de representação em Portugal no século XVIII”. In *Diplomatas e Diplomacia – Retratos, Cerimónias e Práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 53-68.
- CUNHA, M. S. da (2000), *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FARIA, A. M. H. L. de (2005), *Duarte Ribeiro de Macedo – Um Diplomata Moderno (1618-1680)*, Lisboa, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- FARIA, A. M. H. L. de (2008), *Arquitecto da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História.
- FARIA, A. M. H. L. de (2011), “Missões secretas e negociações. D. Francisco Manoel de Mello e D. Francisco de Mello Manoel ao serviço da Coroa portuguesa”. In M. R. Pimentel e M. R. Monteiro (eds.), *D. Francisco Manuel de Melo – O Mundo é Comédia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 211-234.
- FLOR, S. V. (2012), *Aurum Reginae or Queen Gold – Retratos de D. Catarina de Bragança entre Portugal e a Inglaterra de Seiscentos*, Lisboa, Ed. Fundação da Casa de Bragança.
- FLOR, S. V. (no prelo), “O regresso de D. Catarina de Bragança a Lisboa: as residências e a ‘família’”. In *I.º Encontro Científico sobre o Palácio Centeno*, Lisboa Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo/ Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, A. H. R. (2011), “Dom Francisco Manuel de Melo e a picaresca: relógios, moedas, fontes e livros falantes”. In M. R. Pimentel e M. R. Monteiro (eds.), *D. Francisco Manuel de Melo – O Mundo é Comédia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 27-41.
- ISRAEL, J. (1983), “The diplomatic career of Jerónimo Nunes da Costa: an episode in Dutch-Portuguese Relations of the Seventeenth Century”. *BMGN*, 98, pp. 167-190.
- LOURENÇO, M. P. M. (1999), *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- MATOS, J. S. de, (1990), “Um homem, uma casa, uma família”. *Oceanos*, 3, pp. 93-95.
- MECO, J. (1997), “A azulejaria”. In M. Alçada (dir.), *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, 7, pp. 55-59.
- MONTEIRO, N. G. (2003), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, INCM.
- PECK, L. L. (2005), *Consuming Splendor*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PRESTAGE, E. (1996), *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço Biográfico*, Lisboa, Edições Fenda.
- RADULET, C. M. (1990) “Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Introdução”. In A. Saldanha, *Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1.º Conde de Povolide (1663-1728)*, Lisboa, Chaves Ferreira-Publicações S. A., pp. 39-59.
- RAU, V. (1962), “No tricentenário do casamento real anglo-português de 1662”. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano VII – 27/28, Coimbra.
- RODRIGUES, A. D. (2009), *A Escultura de Jardins das Quintas e Palácios dos Séculos XVII e XVIII em Portugal*. Tese de doutoramento, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS SIMÕES, J. M. (1959), *Carreaux céramiques hollandais au Portugal et en Espagne*, La Haye, Martinus Nijhoff.
- SOROMENHO, M. (2011), “Novos dados sobre as encomendas artísticas do 1.º marquês de Fronteira D. João de Mascarenhas. Decorações, colecções e arquitectura nos palácios de Lisboa na segunda metade do século XVII.” *Revista de Arte Decorativas*, 5, pp. 39-56.
- TRONI, J. de A. (2008), *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri.
- VALE, T. L. M. (1997), “O ninfeu de Mignard, um conjunto escultórico francês nos jardins”. In M. Alçada (dir.), *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, pp. 24-29.
- VALE, T. L. M. (2010), “Les acquisitions d’ouvres d’art du premier Marquis de Fronteira, João de Mascarenhas (1633-1670), pour sa demeure des environs de Lisbonne”. *Studiolo*, 8, pp. 89-102.

---

Recebido a 09-07-2013. Aceite para publicação a 02-05-2014.

---

FLOR, S. V. (2015), “D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1626-1678): biografia, património, estatuto social e fidelidades”. *Análise Social*, 215, 1 (2.º), pp. 356-381.

---

Susana Varela Flor » susanavarelaflor@sapo.pt » Universidade Nova de Lisboa, FCSH, IHA » Avenida de Berna, 26-C — 1069-061 Lisboa, Portugal.

---